

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Presidente do TCE-MT e cinco investigados têm prisões mantidas em Operação Tomada de Contas

Investigação da PF apura esquema de corrupção com movimentação de R\$ 15,6 milhões em saques irregulares

Operação Tomada de Contas - A Polícia Federal deflagrou na manhã de quinta-feira (29) uma operação que resultou na prisão do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, e cinco outras pessoas envolvidas em investigação de corrupção. Após passarem por audiência de custódia durante a tarde, as prisões foram mantidas pela justiça.

O conselheiro Sérgio Ricardo foi transferido para o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), enquanto a chefe de gabinete Roseli Loss foi encaminhada para o presídio feminino Ana Maria Couto. Os três advogados integrantes do esquema - Grhegory Paiva Pires, Gustavo Fernandes da Silva e Felipe Jose Glinke - foram destinados à penitenciária Ahmenon Lemos Dantas, na região do Capão Grande em Várzea Grande, em celas isoladas. O paradeiro do secretário executivo Adriangelo Barros Antunes não foi divulgado.

A operação resultou no cumprimento de seis mandados de prisão preventiva e 26 de busca e apreensão distribuídos entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também autorizou a aplicação de medidas de quebra de sigilo bancário e sequestro de bens dos investigados.

Conforme as investigações, o grupo teria utilizado a suspensão de contratos administrativos como instrumento de coação contra fornecedores e praticado favoritismo na liberação de verba pública. Parte dos valores ilícitos teria sido convertida em dinheiro vivo através de uma agência bancária do Sicoob funcionando nas dependências do próprio TCE.

Os dados levantados pela PF revelam 150 saques realizados nas contas de Sérgio Ricardo durante menos de dez meses de 2025, totalizando R\$ 15,6 milhões em movimentações suspeitas. Durante as diligências nos imóveis e locais ligados aos suspeitos, foram apreendidos numerário em espécie, automóveis e artigos de luxo de alto valor agregado.

Os delitos sob investigação incluem possíveis crimes contra a administração pública, lavagem de capitais ilícitos e organização criminosa, com penas que podem chegar a dezenas de anos de prisão caso comprovada a culpabilidade dos acusados.